

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO SERVIÇO SOCIAL

ALEXSANDRA VIRGINIA DA SILVA
ALINE VANESSA ROCHA DA SILVA
KAROLINE DO NASCIMENTO SILVA

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL:
UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

RECIFE/2021

ALEXSANDRA VIRGINIA DA SILVA
ALINE VANESSA ROCHA DA SILVA
KAROLINE DO NASCIMENTO SILVA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro –
UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em serviço social.

Professoras orientadoras: Ms. Maricelly Costa Santos e Lylian
Jose Felix da Silva Cabral

RECIFE/2021

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

S586p Silva, Alessandra Virginia da
População em situação de rua no Brasil: uma expressão da questão
social / Alessandra Virginia da Silva, Aline Vanessa Rocha da Silva,
Karoline do Nascimento Silva. - Recife: O Autor, 2022.

34 p.

Orientador(a): Ma. Maricelly Costa Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Serviço Social, 2022.

Inclui Referências.

1. Questão social. 2. Moradores em situação de rua. 3. Política
pública. I. Silva, Aline Vanessa Rocha da. II. Silva, Karoline do
Nascimento. III. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 364

Dedicamos esse trabalho a nossos pais.

AGRADECIMENTOS

Eu, Alexsandra Virgínia da Silva, primeiramente eu agradeço a Deus, por ter me dado forças para superar todos os momentos difíceis. Ao meu pai por ser essencial na minha vida principalmente durante o período da faculdade ele foi a minha FORÇA e sempre me incentivou a não desistir. Ele me ligava todos os dias: E dizia! Filha foi para a faculdade? Não desista filha você vai conseguir. E quando eu escutava essas palavras era a minha força.

Agradeço ao meu esposo pela compreensão e apoio em todos os dias da semana dedicado aos estudos e a disponibilidade de estar indo me buscar todos os dias na faculdade. Também aos meus filhos, minha mãe e amigos que permitiram que essa caminhada chegasse até o fim. Agradeço a todos os professores da faculdade e em especial a Geysse. Chegou o fim de um ciclo de muitas risadas, choros, felicidades e frustrações. Mas, no final foi só SUCESSO!!! Gratidão a Deus por tudo!!!

Eu, Aline Vanessa Rocha da Silva agradeço a Deus, pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Aos meus pais Fátima e Orlando que me incentivaram nos momentos mais difíceis e compreenderam a minha ausência, agradeço ao meu esposo Guilherme, ao meu filho Pedro por compreenderem as várias horas em que estive ausente por causa do desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Marta Maria Barbosa Duarte (*in memoriam*) que é minha ex patroa que me incentivou desde do início, inclusive me liberando cedo do trabalho para eu chegar a tempo do horário de aula, sou Grata a Deus por ter permitido cuidar da senhora como se fosse minha Mãe, obrigada por sua boa companhia, sei que em algum lugar deve estar vibrando com a minha vitória.

As minhas amigas Alexsandra e Karoline Pelo Desenvolvimento deste trabalho, choros e alegrias conseguimos vencer a realização deste trabalho. Aos Professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

Eu, Karoline do Nascimento Silva gostaria de externar minha eterna gratidão a Deus, por ter me conduzido e sustentado até aqui, me dando força e sabedoria para prosseguir mesmo nos momentos mais difíceis da trajetória. Agradecer também as orações da minha mãe, Adriana (*in memoriam*), que já não está em nosso meio, mas que ao longo de sua vida orou e pediu muito ao Senhor pela minha vida e progresso, ao meu pai Cacio que sempre lutou comigo e por mim, agradecer ao meu esposo Ênio que sempre me orientou e aconselhou a seguir frente por mais que a jornada estivesse dura e quase impossível.

A minha avó, avô e tios maternos que são peças fundamentais para que eu chegasse até aqui, abaixo de Deus eles são também responsáveis por cada tijolinho colocado nessa caminhada, a minha irmã Lavínia que sempre deixou claro que vê em mim inspiração de força e superação, isso me ajudou a me manter em meu propósito. A minha grande amiga e irmã em Cristo Leila que desde o início desse sonho orou e intercedeu por mim.

A minha pequenina filha Emilly que é minha dose diária de motivação, para continuar a percorrer a difícil estrada da vida e perseguir meus sonhos, todo meu sacrifício foi por ela também e por mais árduos, e difíceis que tenham sido esses dias, eles me foram também de grande aprendizado. Gostaria de mais uma vez ressaltar, não fosse a misericórdia e o amor de Deus, nada disso seria possível, se cheguei até aqui, graças dou ao Senhor, pois sem Ele nada do que foi feito se faria! Gratidão por cada professor (a) que fez parte da minha caminhada, mais uma vez, obrigada.

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa. Todos
nós ignoramos alguma coisa. Por isso
aprendemos sempre.”*

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	10
3 REFERENCIAL TEÓRICO	11
3.1 A formação sócio-histórica da população em situação de rua	13
3.2 A população em situação de rua e a vulnerabilidade social	17
3.3 População em situação de rua: uma análise da atualidade.	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1 A população situação de rua como expressão da questão social	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Alexsandra Virginia da Silva¹

Aline Vanessa Rocha da Silva²

Karoline do Nascimento Silva³

Ma. Lylian Jose Felix da Silva Cabral⁴

Ms. Maricelly Costa Santos⁵

Resumo: O presente artigo busca estudar a população em situação de rua no Brasil, enquanto uma expressão da questão social a ser enfrentada e as políticas públicas voltadas a essas pessoas em situação de vulnerabilidade social. A escolha deste tema surge da necessidade de discutir a intervenção assistencial nesse cenário e quais as principais ferramentas e programas que possibilitam uma intervenção efetiva. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica trazendo artigos. Os resultados mostraram que a população em situação de rua sofre desde os primórdios do crescimento do capitalismo tendo seus direitos muitas vezes negados e esquecidos à mercê da própria sorte, preconceitos e violência fazem parte do cotidiano dessas pessoas. Conclui-se, portanto, que se faz necessário não apenas as autoridades públicas, mas também toda a população se atentarem para esta classe em situação de rua para garantir seus direitos bem como pesquisas constantes para trazer a luz estas questões no meio acadêmico, político e social.

Palavras-chave: Questão Social. Moradores em situação de rua. Política pública.

Abstract: This article seeks to study the homeless population in Brazil, as a social issue to be faced and the public policies aimed at these people in situations of social vulnerability. The choice of this theme arises from the need to discuss the assistance intervention in this scenario and which are the main tools and programs that enable an effective intervention. The methodology used is the bibliographic review bringing

¹ Alexsandra Virginia da Silva. Acadêmica de Serviço Social UNIBRA.

² Aline Vanessa Rocha da Silva. Acadêmica de Serviço Social UNIBRA.

³ Karoline do Nascimento Silva. Acadêmica de Serviço Social UNIBRA.

⁴ Lylian Jose Felix da Silva Cabral. Professora da UNIBRA.

⁵ Ms. Maricelly Costa Santos. Professora da UNIBRA.

articles. The results showed that the homeless population suffers since the beginning of the growth of capitalism, having their rights often denied and forgotten at the mercy of their own luck, prejudice and violence are part of the daily lives of these people. It is concluded, therefore, that it is necessary not only public authorities, but also the entire population to pay attention to this class on the streets to guarantee their rights, as well as constant research to bring these issues to light in the academic, political and Social.

Keywords: Social Issue. Homeless resident. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Analisando sobre a população em situação de rua no Brasil, enfrentado como uma expressão da questão social, isso porque estar em situação de rua, enseja ao morador uma série de vulnerabilidades sociais e econômicas, que devem ser observadas pelo Serviço Social através da elaboração, planejamento e execução das políticas públicas.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi refletir acerca da população em situação de Rua no Brasil, enquanto uma expressão da questão social a ser enfrentada por políticas públicas voltadas para pessoa em vulnerabilidade social.. Buscou-se ainda, reiterar as expressões e conceitos do processo de exclusão, as desigualdades específicas por eles vivenciadas, enquanto reforço para a situação vulnerável, tornando-se uma questão central desta questão social.

Com o avanço social do mercado de trabalho, conhecimentos, qualificações e habilidades são novas regras impostas pelo mercado e têm como objetivo o estabelecimento de uma sociedade de consumo e competitiva, o impacto desse fenômeno na vida social é inegável a enorme riqueza gerada na sociedade não foi distribuída de forma constante e igualitária, e é justamente essa má distribuição que caracteriza a diferença entre as classes e a existência acentuada de condições de extrema pobreza como ocorre nos casos dos moradores de rua, em face de extrema riqueza de outras classes sociais.

Ante ao exposto, torna-se importante a discussão sobre a população em situação de Rua no Brasil, enfrentando esta questão como uma expressão da questão social, porque através dela demanda-se uma mobilização profissional, sobretudo no âmbito da assistência social e do Estado através de políticas públicas

que sejam inclusivas e efetivas para enfrentamento da situação de rua, bem como, destacar que este fenômeno é uma expressão da desigualdade social que tem impacto significativo das relações sociais capitalistas.

Portanto, na primeira sessão será tratada a compreensão do fenômeno da população em situação de rua de modo a compreender as particularidades, especificidades, políticas públicas que atendam a essas demandas, ou seja, buscando através deste trabalho a materialização das expressões da questão social que envolve a população em situação de rua no Brasil.

Desta forma, na segunda sessão apresentou-se a Política Nacional para População de Rua e o porquê da sua instituição no cenário nacional; apresentou-se ainda, a formação sócio histórica da população em situação de rua e sua relação com a questão social na realidade brasileira; Na quarta sessão, foram discutidos os aspectos pertinentes a expressão da questão social na e as políticas sociais atuais; discussão sobre a vulnerabilidade social ainda as políticas públicas de atendimento da população em situação de rua.

A temática assume grande relevância para o estudo do serviço social, quando este é definido como ferramenta de inclusão social ao considerar o seu olhar amplo para a questão social como questão política, econômica e histórica. Apontando a questão social como um caminho para a expressão das desigualdades sociais que são geradas no âmbito da sociedade capitalista, girando em torno da socialização da produção, lucro e condições de trabalho.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A presente investigação é de natureza bibliográfica, utilizando da pesquisa teórica para embasamento científico e técnico. A pesquisa de cunho sistemático foi escolhida por trazer informações sobre a temática em estudo, organizando os aspectos de diferentes abordagens e mecanismos de pesquisa.

A partir de uma investigação exploratória e descritiva foi possível analisar o conhecimento já publicado sobre o tema: “população em situação de rua no Brasil: uma expressão da questão social”. Serão analisados os dados da literatura e compilados na presente revisão

Segundo Lakatos e Marconi, (2016), alguns procedimentos são importantes para a elaboração de pesquisas do tipo revisão sistemática da literatura, como por exemplo, a definição da temática de estudo, objetivo de pesquisa, problemas de pesquisa, delimitação dos critérios de inclusão e exclusão, elencar os principais estudos da área a serem analisados e a análise dos dados teóricos de forma qualitativa ou quantitativa todas estas etapas serão criteriosamente seguidas e os trabalhos que abordam a temática abordada foi o critério de inclusão adotado.

A análise foi realizada por meio de explanação das teorias e conceitos dos diferentes autores. Realizou-se uma pesquisa através da revisão da literatura a partir de artigos, livros, dissertações, teses e monografias. Serão realizados levantamentos de dados nas plataformas digitais do Google Acadêmico.

Os critérios de inclusão selecionados foram: utilização de fontes de diferentes tipos como artigos, teses, dissertações, monografias, livros-textos, disponibilizados físicos ou online, os quais serão selecionados nas bases de dados supracitadas e utilizando-se os descritores já descritos neste método.

Foram selecionadas fontes recentemente publicadas nos periódicos indexados, com profunda discussão e aproveitamento teórico sobre a temática (exceto aqueles os quais são históricos e base, imprescindíveis para o entendimento dos conceitos iniciais e de abrangência da temática).

Como critérios de exclusão: foram excluídos da análise os artigos não publicados em bases de dados científicas, fontes fora do corpo teórico presente nesta investigação, fontes desatualizadas e textos não completos.

A análise dos dados teóricos foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, com enfoque nos teóricos e teorias e seus resultados. Foi possível analisar as profundidades, nuances, especificidades e abrangências de cada literatura e extraído partes que serão pertinentes à discussão literária.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Política Nacional para População de Rua (PNPR) é uma norma legal, instituída através do decreto de nº7.053 de 2009, que trouxe aspectos sobre a necessidade de garantir o acesso da população em situação de rua às políticas públicas, por meio de uma gestão intersetorial de serviços e ações governamentais.

Essa perspectiva é ancorada na compreensão de que o sujeito em situação de rua “não se fragmenta por suas demandas e necessidades que são muitas e heterogêneas” (YAZBEK, 2012, p. 313).

Nesse sentido, ao enfrentar a questão social da pessoa em situação de rua deve-se atentar que existem diversas necessidades que englobam saúde, educação, condições básicas de sobrevivência em que cada uma destas necessidades vai demandar ações específicas do Estado através da elaboração de políticas públicas, é nesse diapasão que a PNPR atua com foco em uma demanda específica.

Com o aumento da riqueza proporcionado pelo sistema capitalista, que reafirma as desigualdades sociais, se de um lado possuem sujeitos abastados economicamente do outro, o número de pessoas que vivem com o salário-mínimo e condições básicas de subsistência está aumentando, causando um conseqüente colapso nacional, sobretudo nos órgãos públicos que têm por objetivo a manutenção do bem-estar social.

Outros aspectos que são apontados como causadores do aumento da população que vive em situação de rua é a falta de condições para manutenção das despesas básicas (desemprego), condições relacionadas aos vícios (alcoolismo e drogas), condições relacionadas a socialização do indivíduo (problemas familiares), condições de saúde (distúrbios psicológicos) (KIRBY, 2020).

Yazbek (2012) lista três aspectos principais determinantes à população sem-teto como grupos populacionais divididos e heterogêneos, a saber: (1) Pobreza absoluta; (2) A relação familiar foi rompida ou enfraquecida; (3) Faltam moradias dignas e a rua é temporária ou permanentemente usada como local de residência e sustento. Como complemento, toma-se a invisibilidade perante a sociedade e o poder público como a quarta condição para determinar a identidade.

A existência da população em situação de rua está intimamente relacionada ao processo de urbanização, desenvolvimento urbano e posterior desenvolvimento capitalista e essas condições de existência são acompanhadas por sérias desigualdades econômicas (KIRBY, 2020).

Nesse sentido, a população em situação de rua é tratada em diferentes categorias, entre elas: moradores de rua, mendigos, imigrantes, incapacitados e sem residência permanente, em todas essas categorias pode-se perceber que tem

relação com a formação e evolução do Brasil (REIS, 2018), assim tratasse-a no próximo subtópico sobre o processo de formação sócio histórica da população em situação de rua, bem como, sua relação com a questão social.

3.1 A formação sócio-histórica da população em situação de rua

Historicamente, o processo de modernização do Brasil tem se caracterizado pela falha em incorporar grandes populações aos setores modernos do sistema econômico, social e político, onde aumentou o alto desemprego, a distribuição injusta de renda, a privação de direitos sociais, as relações de trabalho instáveis, o enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicais e outros fatores que acabam maximizando a pobreza da maioria da população.

Para gerir um debate acerca da população em situação de rua é preciso estabelecer a diferença entre estar em situação de rua e ser de rua. De acordo com Prates e Machado (2011)

Considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento. Vive-se em casas, apartamentos ou, no caso do segmento analisado, no espaço da rua, e esta pode ser uma situação contingente. Ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação – e essa parece ser uma questão central. Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 194)

Nesse sentido, cada vez mais as pessoas estão se tornando redundantes e desnecessárias ao mercado de trabalho resultando em falta de renda e a falta de opção de moradia. Como fenômeno inerente ao modo de acumulação e expansão do capital, a pobreza dos trabalhadores e suas manifestações mudaram definitivamente devido ao próprio desenvolvimento do capitalismo (SILVA, 2009).

Tudo isso se deve à crise estrutural do capital mundial vivida desde meados da década de 1970, portanto, a relação voltada especificamente para esse fenômeno, especialmente apenas do ponto de vista político, carece de embasamento material para esse fenômeno, não o suficiente para compreender este

problema e ao mesmo tempo, o capitalismo é dinâmico por natureza e mudou durante seu desenvolvimento (SILVA, 2009).

Para Marques e Maia (2007), a construção do significado de pobreza depende de três fatores: quem faz a pergunta, como entender a pergunta e, por fim, como responder à pergunta. Portanto, a definição de pobreza pode ser considerada vaga, relativa e complicada. Mais importante ainda, trata-se de um conceito em construção e seus pressupostos variam de acordo com valores e princípios sociais comuns (MOTA, 2008).

Pinheiro *et al.*, (2008) confirmou o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno complexo, mas a conceituou como uma situação que não consegue atender plenamente às necessidades individuais. Portanto, afirma-se que a definição de pobreza está relacionada à análise dos padrões de vida dos indivíduos e da forma como suas necessidades são atendidas em um determinado contexto socioeconômico.

É importante notar que os vários métodos de resolução da pobreza incluem conceitos monetários, não monetários e sociais, incluindo direitos individuais, representação e liberdade e é necessário compreender a natureza sistêmica desses conceitos para compreender as diversas visões apresentadas pelos pesquisadores e as diferenças decorrentes, principalmente na medição do grau de pobreza social (MOTA, 2008).

Com isso, ao falar de pobreza fala-se em desigualdade, que traz um paralelo com a população em situação de rua no Brasil, onde as questões sociais substanciam-se no cenário político do país. No Brasil, com o intuito de diminuir a desigualdade e assistir à população em situação de rua surge Política Nacional para a População em Situação de Rua - PNPR, estabelecendo princípios e condutas a serem direcionadas ao seu público alvo (MOTA, 2008).

Sabe-se que muitas pessoas estão concentradas no centro das grandes cidades e, devido às complexas condições que existem no mundo do trabalho onde, a acirrada competição na produção do mercado de capitais tem agravado o sofrimento das pessoas, vale ressaltar que essas pessoas estão conectadas à rua como espaço de convivência, adaptado à forma urbana e integrado ao fenômeno urbano (NATALINO, 2016).

Os contextos apresentados permitem compreender a dinâmica de utilização de locais públicos, praças e viadutos públicos, locais públicos total ou parcialmente desprovidos de rendimentos, habitação, laços familiares e segmentos desfavorecidos da sociedade. Apresenta-se a População em situação de rua - PSR, que enfrenta de forma mais assídua à desigualdade existente no Brasil e que atenua a extrema pobreza. Silva (2009) apresenta em conformidade com a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), a conceituação deste segmento:

Grupo populacional heterógeno constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não-referência de moradia regular (SILVA, 2009, p. 135).

Grande parte da sociedade ainda reproduz comportamentos retrógrados, conservadores e antidemocráticos, que ignoram a condição humana e julgam essas pessoas como invisíveis, sujas, não recuperáveis, condenadas e desumanizadas. No campo da resistência, a sociedade interfere nas pessoas que vivem nas ruas de duas maneiras, por um lado, através de ações de caridade, por outro lado, algumas pessoas que sofreram violência e negação em algum determinado momento de suas vidas, tratando essa parte da população em situação de rua como resíduos humanos (SILVA, 2009).

Com relação aos motivos que levam alguém a viver nas ruas estão: a pobreza e a miséria, a mudança de lugar para grandes centros urbanos em busca de condições de vida melhor, a baixa ou inexistente escolaridade, a mão-de-obra desqualificada, a falta de emprego, o alcoolismo, a dependência de drogas e substâncias ilícitas, a morte de familiares aos quais a pessoa era extremamente apegada e desentendimentos no núcleo familiar (SCHHWARTZ; NOGUEIRA, 2000).

Segundo Natalino (2016), no Brasil, grande parte da população em situação de rua é constituída por homens, enquanto as mulheres representam uma pequena proporção. A média de idade atual da população em situação de rua é de 25 a 44 anos, a maioria diz ser negra e parda, e são poucos os brancos, ou seja, a maioria é negra, em termos de escolaridade, o ensino fundamental ao médio incompleto, o grau de escolaridade é variável e há muitos analfabetos, onde a renda varia de R \$ 20 a R \$ 80 por semana.

Estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Deste total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, estima-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total). Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores (NATALINO, 2016, p. 25).

Segundo Silva (2009 p.262):

No que se refere à população em situação de rua, as características identificadas compõem uma noção que a concebe como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem utilizam os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, na busca de saída das ruas (SILVA, 2009, p. 262).

Costa (2005) também complementa que o alcoolismo e a utilização de drogas e outros entorpecentes são justificados como algo que ajudaria a suportar a dura condição de vida a qual essa população em situação de rua está submetida. Já para Peres e Justo (2005) alguns moradores em situação de rua, denominados por eles de andarilhos, vão de um lugar para o outro em busca de trabalho e por vezes, nas situações de extrema necessidade, vivem buscando ajuda em instituições e entidades sociais pelas cidades por onde passam.

Também é possível ver os andarilhos em busca de emprego nas grandes cidades, nos sinais de trânsito, muitas vezes até trabalham, mas a remuneração é tão baixa que é insuficiente para o seu sustento, e o jeito seria ir viver nas ruas, tornando-se grande maioria dos casos, catadores de resíduos, mais popularmente chamados de catadores de lixo (NASCIMENTO *et. al.*, 2009).

As pessoas que catam resíduos sobrevivem sem uma perspectiva de renda diária, e sem o menor planejamento de lucro a médio ou longo prazo, diferentemente de como ocorre com os trabalhadores formais. Os catadores vivem em condições demasiadamente insalubres, em constante contato com produtos

perigosos e/ou infectados, sem o mínimo de segurança e proteção contra riscos de desenvolver várias doenças (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Os moradores em situação de rua vivem em uma situação oposta à ideologia do possuir algo, são caracterizados por pessoas não possuidoras de bem, e com esse *status*, situam-se à margem da sociedade por causa da condição de pobreza extrema em que vivem. O processo de exclusão social por causa da inversão de padrões de ideal dentro de uma mesma sociedade faz com que essa parcela da população seja classificada como uma subcategoria do meio social, permitindo o crescimento da desigualdade e da banalização desta situação (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Nesse contexto, muitas vezes a população em situação de rua são retiradas dos locais onde se abrigam a pedidos de outros moradores e comerciantes que evitam o contato com eles, e os fazem ter que sair daquele espaço para outro local, como se não fossem seres humanos, essa situação faz com que se gere a falsa sensação de homogeneidade social, ou seja, tenta-se manter o equilíbrio da ordem social mascarando a existência e a permanência da população em situação de rua naquele local (PERES; JUSTO, 2005).

Assim, a sociedade em sua maioria admite a realidade da população em situação de rua baseada na hipótese de que a pessoa só está naquela situação porque não estudou, porque não soube aproveitar as oportunidades de emprego que a vida ofereceu, não pensou no futuro etc. (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Desta forma, além das dificuldades diárias que tal população em situação de rua enfrenta (fome, miséria, frio, sujeira, não ter onde dormir etc.), ela também tem que enfrentar os preconceitos alheios sobre o motivo que o levou a viver excluída, onde, pela grande maioria da sociedade essa população é tratada com indiferença, como pessoas perigosas ou “pobres coitadas” sem perspectiva na vida.

3.2 A população em situação de rua e a vulnerabilidade social

O fenômeno social em torno dos moradores em situação de rua está intimamente ligado à construção histórica da sociedade capitalista como processo de industrialização, e no mundo atual, devido à influência da globalização, esse

fenômeno está intimamente relacionado à construção histórica da sociedade capitalista.

Um grande desafio para estabelecer um debate social útil para os moradores em situação de rua é determinar quem pertence a esse grupo, quais são suas características e quais são as limitações da representação. Para Silva (Silva, 2009, p.123)... “a característica mais marcante dessa população é a sua heterogeneidade, pois possuem origens, interesses, laços sociais e características socioeconômicas diversificadas” características comuns podem identificá-los como grupos demográficos.

Portanto, destacam-se três deles, que precisam ser considerados e esclarecidos: o primeiro é a pobreza, que se refere à pobreza absoluta, mas considerando a pobreza relativa, esta seria “a forma ideal de comparar os indivíduos com base na sua situação em que vivem “ (SILVA, 2009, p. 127); o segundo fator pode estar relacionado à interrupção ou enfraquecimento das relações familiares; em terceiro lugar, que para o autor é a mais importante, a falta de moradia regular onde a rua é utilizada como um espaço de convivência e manutenção de vida.

A classificação mais comum nos achados acadêmicos é baseada no tempo em que se fica na rua. Para Feitosa (2013, p. 93), ao estudar a temática da população em situação de rua, eles dividiram as categorias em: “estar na rua”, “estar na rua recentemente” e “estar permanentemente”. Essa distinção é baseada na ideia de ficar na rua como fator de tempo, ou seja, um estado que se torna permanente ou crônico, um verdadeiro problema social instaurado na sociedade.

No seu estudo Feitosa (2013) leva em consideração os fatores complicados relacionados ao processo de ida às ruas e as práticas de socorro inexistentes, as condições das ruas se tornaram mais complicadas. Fundadas na imagem de pessoas que vagueiam pelas ruas, podem ser classificadas como: “Pessoas em situação de extrema instabilidade, onde, a grande maioria são homens solteiros, não têm domicílio fixo, nem vínculo permanente com a família, nem empregos fixos ” (FEITOSA, 2013, p. 50).

Nesse sentido, devido à falta de convivência com familiares e à instabilidade de outros objetos de apoio, essas pessoas não conseguem traçar um projeto de vida ou mesmo restaurar sua imagem positiva. Bursztyn (2003) dividiu a população em situação de rua em Brasília em doze categorias, cada uma com características

especiais e diferenciadas por sua relação com o trabalho, estratégias de subsistência, laços sociais, expectativas e visões de mundo:

(...) os catadores de lixo, são os bem-sucedidos entre a população em situação de rua, vivem geralmente em agrupamentos de barracas de lonas plásticas e desempenham atividade que integram a economia oficial da cidade; os flanelinhas – são aqueles que cuidam dos carros nas ruas das cidades; os albergados – os que são os mantidos em instalações provisórias do Estado, geralmente aqueles removidos de áreas públicas e que chegam à cidade sem ponto de referência (BURSZTYN, 2003, p. 150) .

O autor também descreve os nômades catadores, pessoas que procuram grandes quantidades de refrigerantes e cerveja em eventos públicos com o objetivo de arrecadar latas de alumínio, Sedentários – encontrados em locais previsíveis como pontes e viadutos; sem-teto – como os mendigos, vagam pela cidade, movidos por decisões sem critérios previsíveis; Catadores complementares – são aqueles que circulam pela cidade, vasculhando latas de lixo, principalmente nos grandes supermercados, no final do dia; Andarilhos – aqueles que passam pela cidade, sem estabelecer vínculo de permanência; pivetes – incluídos os menores (crianças e adolescentes), muitos passam a semana na rua, mas têm família com a qual mantêm vínculo; os fora-da-lei – que se valem da impessoalidade dos espaços públicos, para esconder a sua condição irregular perante a lei (BURSZTYN, 2003).

Assim, o conhecimento adquirido na rua é o elo para sua saída longa ou definitiva de casa. Assim, a vida da população em situação de rua é incerta e carregam consigo a inconstância do dia-a-dia, o peso dos rompimentos afetivos e a dificuldade de projeção futura. Não se pode negar o processo de identidade gerado pelo contexto em que vivem as experiências, os sonhos e ideias construídas nos espaços das ruas.

A vulnerabilidade em que se encontram esses moradores em situação de rua expõe a sua própria vida; muitas precocemente são interrompidas por ações excludentes e preconceituosas de empresários, policiais, pelo tráfico de drogas, entre outros. Há que se ressaltar que dentro dessa temática da assistência social para moradores em situação de rua, existe ainda a vulnerabilidade social relacionada a abusos e carências financeiras, estruturais, físicas, psicológicas, ambas em decorrência da circunstância, da falta de proteção familiar, da falta de apoio social e de uma efetividade de proteção do Estado para com essas diretrizes.

A exclusão social é outro problema dos moradores em situação de rua, uma problemática que precisa ser enfrentada, mas, acima de tudo aliar o atendimento social as demais profissões exercendo um atendimento interdisciplinar, de modo que cada profissional atue dentro de suas competências enfrentando junto ao assistido a sua vulnerabilidade social. Os órgãos públicos devem ter conhecimento da realidade vivida por esses sujeitos, além de um acompanhamento sistemático com as famílias na busca de fortalecer os vínculos familiares na perspectiva de superação e rompimento das vulnerabilidades sociais.

O preconceito enfrentado pela população em situação de rua é um fato inegável, crime, humilhação e violência são realidade para essa parcela da população, Infelizmente, a violência física contra essas pessoas também é muito comum onde a sociedade muitas vezes cria estereótipos (são relacionados a vagabundos, loucos, sujos e/ou perigosos) fazendo com que esses sujeitos cada vez mais se sintam desqualificados para viver como pertencente da dita “sociedade”, fazendo com que busquem o isolamento quase absoluto, conforme destaca Paugam (1999). O autor pontua, ainda, que muitas vezes as pessoas passam pela população em situação de rua discriminando, diminuindo e humilhando fortalecendo cada vez mais a cultura do preconceito.

3.3 População em situação de rua: uma análise da atualidade.

As estatísticas, em nota técnica apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostram que o número de população em situação de rua no Brasil cresceu aproximadamente 140% entre os anos de 2012 e março de 2020, chegando ao número de 222 mil pessoas excluídas da sociedade. Conforme esses números, em 2020, cerca de 81,5% da população em situação de rua estavam inseridas em pequenos ou médios municípios, indicando a necessidade de se pensar em políticas públicas adequadas a essas localidades (IPEA, 2020).

Ainda há dificuldade por parte do Ipea com relação ao levantamento exato do número de população em situação de rua no Brasil, porque esse levantamento é baseado em projeto a ser custeado pelo Governo Federal do Brasil, mas que por restrição orçamentária e pela crise epidemiológica do novo Coronavírus em 2020 até o presente momento, levou a pesquisa para segundo plano.

Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais disponíveis até o mês de setembro de 2020 apresentam dados de aproximadamente 150 mil famílias que se declararam como moradoras em situação de rua no Brasil e em janeiro do mesmo ano, este número era de 140 mil, porém, estas estatísticas ainda não são exatas, pois englobam apenas os grupos de pessoas que preencheram o cadastro em programas sociais do governo (IPEA, 2020).

O Ipea produziu também outro levantamento da situação dos moradores em situação de rua, o qual focou principalmente no impacto que a pandemia do Coronavírus causou na população brasileira. O estudo, que se intitula “Populações em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais”, baseado em fontes extraoficiais de dados governamentais, apresentou as principais medidas de assistência à população em situação de rua adotada pela Prefeitura nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil (IPEA, 2020).

Ainda de acordo com o Ipea (2020) nas pesquisas foram apontadas treze capitais das supracitadas regiões, nas quais as ações que mais foram explicitadas foram dispostas abrigos para população em situação de rua (implementados em 12 capitais), higiene (implementadas em 9 capitais) e alimentação (implementadas em 8 capitais). As ações que menos tiveram investimento foram os centros emergenciais de serviço (implementados em 2 capitais), as atividades de ajuda e orientação para usuários de drogas, alcoólatras e pessoas com transtornos mentais (implementadas em 6 capitais) e iniciativas específicas para crianças e adolescentes em situação de rua (implementadas em 6 capitais).

De acordo com Silva *et. al.*, (2020), essas ações emergenciais que as prefeituras realizaram em suas capitais ainda são muito insuficientes para a grande quantidade de pessoas que vivem excluídas da sociedade, tendo essa exclusão intensificada nesse momento de pandemia. Além das ações que foram listadas, houve também iniciativas de instalação de piaas em espaços públicos, além de abrigos improvisados para pessoas que não podiam se isolar socialmente (incluindo pessoas em situação de rua que recebiam auxílio moradia).

Outras ações que valem a pena ressaltar foram às instalações de lavanderias e banheiros públicos nos principais centros urbanos, justamente onde grande parte da população em situação de rua se instala, essas ações governamentais foram

extremamente necessárias, mas ainda consideradas insuficientes com relação ao número alto de pessoas nessa situação de frente a essa crise (Silva, et al., 2020).

Com relação às dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua em meio a essas políticas públicas emergenciais aplicadas pelo Governo foi a insuficiência de vagas para abrigo e os obstáculos enfrentados para se ter acesso ao “auxílio emergencial” (quantia que foi paga pelo Governo Federal à população de nenhuma ou baixa renda como uma forma de ajuda financeira para aqueles que perderam empregos ou não tinham como trabalhar na pandemia) dificuldades essas que foram maximizadas durante a pandemia (SILVA et. al., 2020).

Ainda conforme Silva *et al.*, (2020) outra dificuldade limitadora enfrentada pela população em situação de rua foi a testagem para o Coronavírus, haja vista que os testes no início da pandemia estavam disponíveis apenas para quem tinha recurso financeiro para arcar com o valor, considerado oneroso. A falta de acesso à informação e à tecnologia prejudicou em suma os moradores em situação de rua, tanto pelo desconhecimento da gravidade do problema e suas medidas preventivas e protetivas (lavar as mãos, uso de máscara, álcool e gel etc.) quanto pelo acesso ao auxílio financeiro pago pelo Governo.

Com a crise da pandemia do novo Coronavírus no Brasil, os números de população em situação de rua cresceram nos grandes centros, devido ao aumento significativo do desemprego no país, um forte indicador dessa taxa foi o aumento da procura por vagas em centros de acolhimento disponibilizados pelas prefeituras.

No que se refere às políticas públicas, destaca-se que no capitalismo monopolista, em meio aos agravamentos das pautas da questão social e da agudização das manifestações da classe trabalhadora, o Estado passou a necessitar de um conjunto de ações e meios que lhe servissem de instrumento para interferir na questão social, garantir a reprodução da classe operária e manter a hegemonia da classe burguesa.

O trabalho social a ser realizado junto à população em situação de rua gestou-se nesse contexto, do capitalismo monopolista e da intervenção do Estado, como expressão da necessidade da ordem burguesa, a fim de manter as relações sociais capitalistas. As necessidades das classes sociais se transformaram em demandas para a profissão e a questão social tornou-se objeto de intervenção dos

órgãos públicos, mediada por meio das políticas sociais, desse modo, pode-se apreender que o significado de apoio social a sua utilidade, é inerente às necessidades sociais de toda população (IAMAMOTO, 2015).

As políticas sociais, dentro desse contexto, não podem ser analisadas de maneira unilateral, uma vez que são permeadas por contradições, pois se constituíram, e se constituem, como uma estratégia do Estado para alcançar o consenso entre trabalhadores e capitalistas e, ao mesmo tempo, são conquistas de toda a sociedade (IAMAMOTO, 2015).

Com o processo de racionalização estatal, a política social aparece apartada dos interesses de classe, e os antagonismos e contradições aparecem como contingência do progresso, o Estado obscurece a relação entre política social e o processo de valorização do capital, assim, nesse contexto, as expressões da questão social são tratadas como anomalias da sociedade, desconsiderando a essência das problemáticas sociais (MARINONI, 2017).

Conforme Marioni (2017) dentro desse contexto, as políticas sociais assumem um conteúdo integrador e controlista, o tratamento que o Estado dedica à questão social e à aparência da política social, dada pela influência da perspectiva racionalista, interdita à visão de totalidade do apoio a aplicação dos direitos sociais, que passa a dotar procedimentos instrumentais, ações fragmentadas, segmentadas e imediatistas.

A Constituição Federal de 1988 é a principal responsável pelo desenvolvimento de princípios e estabelecimento de direitos e deveres em diversos âmbitos da sociedade, pois ao consolidar a dignidade humana como um dos fundamentos da República possibilitou uma visão social e assistencialista com maior abrangência, dentro da questão de políticas públicas, destacam-se as políticas sociais consolidadas na carta magna de modo a abranger saúde, educação, alimentação, segurança, a tríade da seguridade social (saúde, previdência e a assistência social) e diversa outros direitos que devem ser promovidos pelo Estado à sociedade (BRASIL, 1988).

Neste sentido, as políticas sociais são “um conjunto de ações governamentais desenvolvidas em conjunto, por meio de programas e projetos que proporcionam garantia de direitos e condições dignas de vida aos cidadãos” (SANTOS, 2011, p.15). Assim, através das políticas sociais constitucionais há uma veiculação do

Estado que através de seus entes federados (Municípios, Estados, Distrito Federal) devem promover à sociedade, incluindo a população em situação de rua o acesso aos direitos consolidados na Constituição Federal 1988.

Logo em seguida, surge a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que também exerce influência na atenção às pessoas em situação de rua porque determina no capítulo IV que trata sobre os benefícios, serviços, programas de assistência social, no artigo 23, II que as pessoas que vivem em situação de rua devem ser atendidas pelos serviços socioassistenciais as atividades continuadas, que promovam a melhoria de vida desta população e consiga de fato auxiliar na promoção de acesso às condições básicas e concretização de direitos (BRASIL, 1993).

Destaca-se ainda a Política de Assistência Social – PNAS/2004 que garante a população em situação de rua um atendimento de modo a garantir que as necessidades básicas sejam supridas, visando assim o cumprimento da norma constitucional e garantindo o mínimo para que essa população tenha acesso aos direitos basilares (BRASIL, 2004).

Visando atendimento as especificidades da LOAS, surge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) imbuído da responsabilidade de promover a proteção social, delimitar benefícios, estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, manutenção e expansão de ações sociais, dentro da questão dos moradores em situação de rua destaca-se a questão identificação e caracterização que é realizada pelo SUAS na identificação das pessoas que possuem uma baixa renda ou ainda que se encontram em situação de vulnerabilidade social de modo que o Governo Federal consiga formular as políticas públicas específicas aos indivíduos que estejam devidamente cadastrados (BRASIL, 2011).

Neste sentido, é possível listar alguns serviços voltados para a população que vive em situação de rua, a população excluída da sociedade que é tratada com indiferença e descaso tanto pela sociedade quanto pelo governo. Dentre os principais serviços a serem levados em consideração pelas autoridades públicas e ganharem investimento financeiro pode-se listar: Serviço de referência especializado para moradores em situação de rua; Serviço especializado em abordagem social; Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias.

Os serviços supracitados visam o atendimento à demanda crescente da população que compõem os recortes da sociedade. Os aspectos gerais de cada um deles serão descritos, de forma a enfatizar a importância de sua aplicação como previstas em Leis municipais e federais (SIGAS PE, 2017).

Apresenta-se o **Serviço de Referência Especializado para população em Situação de Rua**: também conhecido como Centro POP e está previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais, consistindo numa unidade para proteção social especial de complexidade mediana que atende especificamente moradores em situação de rua, devendo oferecer de cunho obrigatório o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Considerando o estado de Pernambuco, nele existem 8 Centros Pop, sendo 5 deles localizados na Região Metropolitana do Recife e os demais em outros municípios do estado. Tal serviço social é voltado especificamente para adultos, jovens e pessoas idosas de uma mesma família ou não, que utilizam as ruas como lar para sua sobrevivência.

Nesses Centros Pop, o atendimento para crianças e adolescentes é realizado apenas quando estão acompanhados por familiar ou responsável. O Centro Pop tem por função também oferecer o Serviço Especializado em Abordagem Social, de acordo com planejamento prévio do gestor local, sem que afete o andamento do Serviço Especializado para Moradores em Situação de Rua.

Já no que se refere ao **Serviço Especializado em Abordagem Social**: este serviço por sua vez é voltado especificamente para crianças, jovens, adultos e idosos que estão na condição de população em situação de rua e utilizam os espaços públicos para sua sobrevivência.

A finalidade deste serviço é de assegurar o trabalho social para abordagens que identifiquem nos locais a ocorrência e incidência das situações de risco pessoal e social como por exemplo o trabalho infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o uso de entorpecentes e outras drogas ilícitas, a dependência de crack, entre outras.

Em Pernambuco, como exemplo pode-se citar 163 Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) implantados, onde somente 118 oferecem o serviço supracitado, um número que precisa ser reanalisado e aumentado pelas autoridades públicas.

Outra questão importante é o **Serviço de Acolhimento Institucional**: este é destinado a pessoas em situação de rua que enfrentam tal situação por motivos de desabrigo por abandono, migração para centros maiores em busca de melhoria de vida, ausência de moradia, pessoas em trânsito constante e sem condições de se auto sustentar.

O serviço é baseado na oferta de abrigo institucional ou casas de passagem, onde as pessoas moradoras de rua podem passar temporadas de duração variantes, a depender da condição e situação em que se encaixe, de forma a ser cuidada através da oferta de acessibilidade, higiene, salubridade, segurança e privacidade. As modalidades desse serviço estão categorizadas em Casa Lar ou Abrigo Institucional (para crianças e adolescentes), Casa de passagem ou Abrigo Institucional (para adultos e famílias completas), Abrigo institucional (para mulheres violentadas), Residências inclusivas (para pessoas com deficiência) e Abrigo Institucional ou Casa Lar (para pessoas idosas). Em Pernambuco, existem aproximadamente 19 unidades como estas, refletindo assim o baixo número da oferta deste tipo de serviço, outro ponto a ser reavaliado pelo poder público.

No âmbito da política de saúde, o Ministério da Saúde em meados de 2011 instaurou o então programa Consultório na Rua, o qual promovia campanhas para mitigar a falta de acesso da população carente aos serviços de saúde da rede pública. O Consultório na Rua permitia o cadastro dessas pessoas no Sistema Único de Saúde (SUS) e promovia o acompanhamento, consultas e exames médicos dessas pessoas em condições extremas de vida (MACHADO, 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde (2020) o Consultório na Rua dispõe suas atividades em diversos núcleos de saúde tais como nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Assistências Médicas Ambulatoriais (AMA), Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As equipes que compõem o Consultório na Rua são consideradas multidisciplinares, e variam de acordo com a modalidade de atendimento, podendo ser compostas por enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, técnicos ou auxiliares de enfermagem, técnicos em saúde bucal, dentistas, educadores físicos, profissionais da arte e educação e médicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Até o ano de 2019 existiam apenas 125 equipes de Consultório na Rua implantadas para garantir o atendimento integral dessa população, e em 2020 em meio à pandemia do novo Coronavírus, este número passou para 145 equipes distribuídas em 96 estados brasileiros, financiadas pelo Governo Federal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Desta forma, compreende-se que a elaboração de políticas públicas seja no âmbito social ou não, busca proporcionar a pessoa em situação de morador de rua o mínimo existencial e condições básicas de sobrevivência, cada profissional é responsável pelo exercício de sua função dentro de cada política, no caso do assistente social busca-se uma intervenção junto à questão social da pessoa em situação de morador de rua como forma de concretização dos direitos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A população situação de rua como expressão da questão social

A população em situação de rua configura uma heterogeneidade que apresenta pontos em comum, improviso de habitações em praças, viadutos, calçadas, bem como as atividades para obter renda, flanelinha, catação de latinha entre outros. Uma parcela da população que se encontra em completa miséria, condições básicas negadas, preconceito, desrespeito, um reflexo claro e objetivo da desigualdade social (SOUZA; MACEDO, 2019).

Realizando análise da sociedade brasileira atualmente podemos verificar que, ao lado de uma economia moderna, existem milhões de pessoas excluídas de seus benefício, assim como dos serviços proporcionais pelo governo para seus cidadãos. Podemos então constatar que este fato pode ser uma consequência de processos de exclusão, pelos quais setores que antes eram incluídos foram expulsos e marginalizados por processos de mudança social, econômica ou política; ou de processos de inclusão limitada, pelos quais os acessos a empregos renda e benefícios do desenvolvimento econômico ficam restritos e determinados segmentos da sociedade (BARBOSA, 2014; TEIXEIRA et al., 2017).

A situação real na atualidade demonstra que a concentração que a concentração populacional nas grandes cidades, a reestruturação do setor e pouco crescimento econômico estão proporcionando um novo panorama de carências e problemas, relacionados a desemprego, á desorganização e violência urbana, á insegurança pessoal e a ruína de alguns serviços públicos, como na área da saúde pública, com a volta de enfermidades contagiosas que já se consideravam extintas. Isto, combinado com a insatisfação crescente com a lentidão dos processos de exclusão em outros setores, cria uma situação difícil, em que a distinção entre os que são excluídos porque perderam o que tinham, ou porque nunca tiveram, começa a perder sentido ((BARBOSA, 2014; TEIXEIRA et al., 2017)).

Importante pontuar que o resultado, em ambos os casos, permanece o mesmo, porém as implicações de exclusão social e econômica tendem a ser muito mais violentos e traumáticos do que situações de inclusão limitada. A assimetria entre classes sociais ou entre segmentos específicos como, por exemplo, homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais etc., para ser compreendida e analisada em profundidade demanda um esforço contínuo. Quando se fala em desigualdade social e pobreza no Brasil, não se trata de centenas de pessoas, mas em milhões que vivem na pobreza absoluta. Essas pessoas sobrevivem apenas com $\frac{1}{4}$ de salário mínimo no máximo (BARBOSA, 2014; TEIXEIRA, et al., 2017).

O Brasil chega ao século XXI com milhões de crianças e adultos cujos dramas quotidianos são expressões concretas de uma desigualdade social que não se revela monoliticamente e que, ao contrário, somente se deixa traduzir quando acompanhada de dados singulares abstratos.

Santos (2012) ao pontuar a questão social propõe que esta seja percebida, não como algo concreto, sólido, palpável, e um termo reflexivo. Que norteia um debate sobre as expressões da questão social, ou até mesmo um conceito, ao salientar que “questão social” é subjetiva, parte do imaginário comum. Porém, suas expressões são concretas, como exclusão, desigualdade social e econômica, violência, analfabetismo, trabalho infantil, violência contra criança e adolescentes, desemprego, situação de rua, fome, drogadização entre outros.

E as expressões são oriundas das desigualdades criadas pelo sistema do capitalismo e seu desenvolvimento visando apenas à produção. Nesse contexto,

existe um paralelo entre a questão social e a população em situação de rua, por promover um debate acerca desse grupo ser definido como expressão da questão social (SOUZA; MACEDO, 2019).

O fenômeno da desigualdade social é inter cruzada com três fatores desemprego, pobreza e ausência de moradia. Assim, para compreender a questão da população em situação de rua devem ser considerados fatos estruturais como a mudança no mundo capitalista, fatos biográficos a vida de cada pessoa, sua história, seus caminhos, e por ultimo fatos da natureza como terremotos e enchentes que deixam milhares de desabrigados anos após anos (SANTOS, 2012).

O fenômeno da população em situação de rua ganha maior amplitude por que permite ou lhe é imposto, o cruzamento desses três fatos que se constroem e se retroalimentam. Convém, salientar que essa expressão da questão social teve origem nas mudanças ocorridas no mundo através das relação capitalistas, acumulo de capital e produção continua, porém, não consegue suprir o excedente da população em situação de rua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, através desta análise, enfatizou-se a relação histórica entre a população em situação de rua como expressão dos problemas sociais do modo de produção capitalista e o desenvolvimento da produtividade do trabalho social, o desenvolvimento desde a origem até o presente tem levado a cada vez mais as pessoas são abandonadas pelo capital, elas veem suas vidas sem ajuda e sem qualquer vislumbre de esperança ou qualquer oportunidade de trabalho oferecida a eles.

Esse resultado está em cada cidade, cada esquina, cada rua habitada por pessoas que procuram um determinado caminho (por mais simples e improvisado que seja), pessoas que ganham a vida com dignidade mínima, quando deles as garantias dos direitos constitucionais já foram abaladas e pelo agravamento da vulnerabilidade em que estão inseridos.

Os direitos fundamentais sociais necessitam de uma aplicação plena e imediata tendo em vista a essencialidade na atuação do homem, o Poder Judiciário

por outro lado enquanto guardião do dever constitucional visa apreciação das demandas que envolvam lesão ou ameaça a lesão a quaisquer direitos fundamentais.

O estudo desta temática apresentou o processo de garantia dos direitos ao longo da história, isso porque nosso país passou por anos de instabilidade chegando a ter sete constituições, bem como mudar o sistema de governo do país, tudo isso influencia diretamente nas políticas assistenciais.

Essa intervenção social só pode ser realizada através do contato direto com a população em situação de rua e através dos mecanismos interventivos disponíveis e compreender como poderá ser realizada essa intervenção social, que envolve não apenas a população em situação de rua, mas, também, a sociedade, familiares, e da própria situação de vulnerabilidade social no qual esse morador se encontra.

É dever de toda a população o respeito às pessoas em situação de rua, onde muitas vezes nós mesmos somos apontadores e discriminamos essa classe ou temos medo quando eles se aproximam sustentados por discursos implantados pela cultura de discriminação e desprezo social a essa classe.

Ressalta-se ainda que a intervenção de apoio social deve estar pautada em políticas públicas de inclusão, assistência e atenção ao morador em situação de rua possibilitando o rompimento do ciclo de vulnerabilidade social, neste aspecto, a questão social da vulnerabilidade da rua é caracterizada pela falta de estruturas e garantias mínimas nas quais todos os seres humanos possuem direitos, e há uma clara violação e desrespeito aos direitos dessa população.

Conclui-se, portanto, que se faz necessário não apenas as autoridades públicas, mas também toda a população se atentarem para esta classe em situação de rua para garantir seus direitos bem como pesquisas constantes para trazer a luz estas questões no meio acadêmico, político e social. E com a implementação de políticas públicas assistenciais será possível a diminuição da estigmatização das pessoas em situação de rua, conseguindo proporcionar a elas condições mínimas e dignas de sobrevivência e moradia.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Roberta Brasilino; DE BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. O modo indivíduo nas políticas públicas sobre drogas no Brasil e as encomendas endereçadas à Psicologia/Individualization in public policies about drugs in Brazil and orders addressed to psychology. *Revista Polis e Psique*, v. 4, n. 2, p. 230-249, 2014.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem Jurídica: Semiótica, Discurso e Direito**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRAGA, Selma. **Adolescentes em situação de rua: desafios e possibilidades. Responsabilidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 323-343, set. 2011/fev. 2012.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. 1988.

BRASIL. Governo Federal. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF: Senado, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Senado, 2009. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei de nº 8.742, de dezembro de 1993. Presidência da República. 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2004.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social**. Lei de nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Presidência da República. 2011.

BURSZTYN, Marcel. **Vira-mundos e “rola-botas”**. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

COSTA, Ana Pereira Melo. **População em situação de rua**. Ministério de desenvolvimento Social e Combate à fome: *Texto e Contexto*. 2005; 4. Disponível em: http://projetomaosqueacolhem.com.br/resources/993-361_8-2-PB.pdf Acesso em abril de 2021.

COSTA, Francisca Deusa Sena da Costa. **Quando viver ameaça a ordem urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer. **Direito econômico do desenvolvimento e direito humano ao desenvolvimento: limites e confrontações**. In: FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer; FRANCO, Fernanda Cristina Oliveira; PETERKE, Sven;

VENTURA, Victor Alencar Mayer Feitosa. Direitos humanos de solidariedade: avanços e impasses. Curitiba: Appris, 2013.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

IAMAMOTO, Paulo. **Garantias sociais**. São Paulo, Phorte, 2015.

IBGE, Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Cadastro único dos programas sociais – CadÚnico**. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-dados/metadados/cadastro-unico-dos-programas-sociais-cadunico.html>. Acesso em: 17 mai. 2021.

IPEA. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**.

DISPONÍVEL EM:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&layout=detail&id=35811. Acesso em: 17 mai. 2021.

KIRBY, Tony. **Efforts escalate to protect homeless people from**. The Lancet Respiratory Medicine. Issue. 2020..

MACHADO, Rafael. **Atendimento a pessoas em situação de rua inclui necessidades básicas**. 2020. Disponível em <

<https://drauziovarella.uol.com.br/saude-publica/atendimento-a-pessoas-em-situacao-de-rua-inclui-necessidades-basicas/>> Acesso em abril de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologias científicas**. Atlas. São Paulo, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MARQUES, Ângela Costa Silva. MAIA, Rui Carvalho Melo. **Dimensões da autonomia no combate à pobreza**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n 92. Cortez Editora. São Paulo, 2007.

MARX, Karl **O Capital: crítica da economia política**. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 32. Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Livro I, vol. I.

MATTOS, Ricardo Mendes. FERREIRA, Ricardo Franklin. **Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua**. Psicol. e Soc. Porto Alegre. 2004; 16(2):46-58. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em abril de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Consultório na Rua credencia 20 novas equipes em nove municípios brasileiros**. 2020. Disponível em <<https://aps.saude.gov.br/noticia/10660>> Acesso em abril de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Consultório na Rua**. 2020. Disponível em <
<https://aps.saude.gov.br/ape/consultoriorua/>> Acesso em abril de 2021.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. Cortez. São Paulo, 1995.

NASCIMENTO, Eyrípedes Costa do. JUSTO, José Sterza. FRANÇA, Sônia Aparecida Moreira. **Errância e Normalização Social: um estudo sobre andarilhos de estrada**. IN Psicologia em estudo, Maringá. 2009; 14(4):641-8. Disponível em; <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n4/v14n4a04> Acesso em abril de 2021.

NATALINO, Marco Antônio Costa **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Texto para discussão / Instituição de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2016.

PAUGAM, Souto. **Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano 20, n. 60, jul. 1999.

PEREIRA, Fabrícia da Hora. **Desdobramentos da adesão do governo do Distrito Federal à política nacional para a população em situação de rua**. 2016. 160 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PERES, Rodrigo Sanches. JUSTO, José Sterza. **Contribuições das técnicas projetivas gráficas para a compreensão da personalidade de andarilhos de estrada**. Revista SciELO. Natal, 2005. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-294x2005000200018&script=sci_arttext. Acesso em abril de 2021.

PINHEIRO, Luana. FONTOURA, Natália de Oliveira. QUERINO, Ana Carolina. BONETTI, Alinne. ROSA, Waldemir. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: IPEA, SPM, UNIFEM, 2008.

PRATES, Jane Cruz. PRATES, Flávio Cruz. MACHADO, Simone. **Populações em Situação de Rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento**. Revista *Temporalis*, Ano 11, n.22, p.191-215. Brasília 2011.

REIS, Graziela Donizetti dos. OLIVEIRA, Katicilene Barsanulfa Tavares de. PEDROSO, Gustavo José de Toledo. **População em situação de rua da cidade de Franca-SP: as consequências e os desafios causados pela exclusão**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória, 2018.

SANTOS, Gilmar Trindade dos. **Políticas Públicas para a população em situação de rua**. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Monografia. Brasília – DF. P. 1-44, 2011.

SANTOS, Josiane. Soares. Questão social: particularidades no Brasil São Paulo: Cortez. SCHHWARTZ, Eleonor e NOGUEIRA, Veronica Maia. **Exclusão social: a desigualdade do século XX. In: Revista Ser Social nº 06 – Questão social e Serviço Social.** Brasília: Unb, 2012.

SILVA, Maria Lúcia. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** 1 ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Tatiana. NATALINO, Marco. PINHEIRO, Marina Brito. **População em situação de rua em tempos de pandemia:** um levantamento de medidas municipais emergenciais. IPEA, 2020.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERNAMBUCO (SIGAS- PE). **População em Situação de Rua.** 2017. Disponível em
<<https://www.sigas.pe.gov.br/files/02072019115120populacao.em.situacao.de.rua.fin al.pdf>> Acesso em abril de 2021.

SOUSA, Adrielly Pereira; MACEDO, João Paulo. **População em situação de rua: Expressão (im)pertinente da “questão social”.** Apoio: CAPES . Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2019, v. 35.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** São Paulo: Cortez, 2012.

TEIXEIRA, M. B. et al. **Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 5, p. 1455–1466, mai. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 110, p. 288-322, 2012.